

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso (extrato) n.º 14236/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 191/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2016, para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Telma Maria Mendes Murteira, com efeitos a partir de 1 de maio de 2016, a qual fica posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15, da tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto no artigo 45.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, o período experimental inicia-se com a celebração do contrato de trabalho e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 49.º do mesmo diploma, conjugado com o n.º 2, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

25 de maio de 2016. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

210006775

Despacho n.º 13780/2016

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) Os Estatutos do INFARMED, I. P., aprovados pela Portaria n.º 267/2012, de 31 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 306/2015, de 23 de setembro, determinam a existência da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 10.º do referido diploma legal.

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o cargo de Diretor da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação é de direção intermédia de 1.º grau;

c) Nos termos do disposto no artigo 21.º do EPD, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do mencionado cargo, com observância de todo o formalismo legal;

d) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º do EPD, de designação da licenciada Carina Patrícia Fragueiro de Oliveira Adriano.

designa, ao abrigo do disposto nos n. os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a licenciada Carina Patrícia Fragueiro de Oliveira Adriano para exercer, em regime de comissão de serviço, o cargo de Diretora da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, com efeitos à data de assinatura do presente Despacho.

31 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Henrique Luz Rodrigues*.

Nota Curricular

Nome: Carina Patrícia Fragueiro de Oliveira Adriano
Data de Nascimento: 30 de abril de 1977
Habilitações Académicas:

Licenciatura em Ciências Farmacêuticas (2001), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa; Pós-Graduação em Direito da Farmácia e do Medicamento (2002), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Pós-Graduação em Regulação e Avaliação em Medicamentos e Produtos de Saúde (2006), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional:

2011-2016: Diretora da Unidade de Sistemas de Informação, da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação do INFARMED, I. P.

2008-2011: Diretora do Unidade da Qualidade, da Direção de Planeamento e Qualidade do INFARMED, I. P.

2007-2008: Técnico Superior na Unidade da Qualidade, da Direção de Planeamento e Qualidade do INFARMED, I. P.

2001-2008: Técnico Superior na Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação do INFARMED, I. P.

Projetos e Trabalhos Relevantes:

Desde 2011 — Responsável pela Direção e/ou Gestão de mais de 20 projetos na área de sistemas e tecnologias de informação designadamente “Modelo de Governo de Projetos de Informação” (2016), “Fundo para a investigação para a saúde”(2015), “Definição de uma nova arquitetura de comunicações” (2015), “Portal Hepatite C” (2014), “ISI — Integração e Simplificação do Infarmed”(2014), “Gestão da Acessibilidade ao Medicamento” (2013) e “Base de Dados de Medicamentos (GIMED) (2011-2013)”.

2013 — Código Nacional para a Prescrição Eletrónica de Medicamentos (CNPEM), elemento da equipa de trabalho responsável pela criação de um código que permitisse a prescrição eletrónica de medicamentos para ambulatório em farmácia comunitária;

2009 — Manual de Funções do Infarmed, elemento da equipa responsável pela elaboração da primeira versão do manual de funções;

2008 — Diagnóstico de Satisfação dos colaboradores do Infarmed, responsável pelo lançamento, tratamento e análise dos resultados do diagnóstico realizado em 2008, 2009 e 2010;

2008 — 2011 — Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a norma ISO 9001:2008;

2007 — Auditora Interna da Qualidade, desde 2007 até ao momento;

2005 — 2008 — Código Hospitalar Nacional de Medicamentos (CHNM), elemento do grupo de trabalho responsável pela criação e manutenção do CHNM;

2005 — VADEMECUM, 1.ª edição, elemento do grupo de trabalho de apoio à Subcomissão comissão de harmonização de terminologias da Farmacopeia Portuguesa;

2004 — Formulário Hospitalar de Medicamentos, 9.ª edição, coordenação dos trabalhos para publicação on-line;

Formação Profissional Relevante

2015 — 2016 — Programa de Desenvolvimento de Competências de Liderança do Infarmed, Leadership Consulting;

2015 — GESAGE — Curso de Alta Direção em Gestão de Unidades de Saúde para Gestores, ISOSP;

2015 — Media Training — Comunicação, Motivação e Liderança, Companhia de ideias;

2014 — Gestão do Risco e Plano de Continuidade de Negócio, APQ;

2013 — “Lean Project Management”, Instituto Kaizen;

2011 — Formação Pedagógica Inicial para Formadores, INEPI;

2010 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA;

2010 — Curso de Formação Auditor/Auditor Coordenador Sistemas de Gestão da Qualidade, Bureau Veritas;

2008 — Gestão de Projetos (PMI), GFI;

210006807

Despacho n.º 13781/2016

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) A Comissão de ética para a Investigação Clínica (CEIC) funciona junto do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 135-A/2014, de 1 de julho;

b) O cargo de Coordenador do Gabinete de Apoio da CEIC, previsto no n.º 2 do artigo 9.º da referida Portaria, é um cargo equiparado, para efeitos remuneratórios, a diretor de direção intermédia de 1.º grau do INFARMED, I. P.;

c) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o cargo em causa é de direção intermédia de 1.º grau;

d) Nos termos do disposto no artigo 21.º do EPD, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do mencionado cargo, com observância de todo o formalismo legal;

e) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º do EPD, de designação da mestre Raquel Sofia Faustino da Silva.

designa, ao abrigo do disposto nos n. os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a mestre Raquel Sofia Faustino da Silva para exercer, em regime de comissão de serviço, o cargo de Coordenadora do Gabinete de Apoio da Comissão de Ética para a Investigação Clínica, com efeitos à data de assinatura do presente Despacho.

15 de junho de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Henrique Luz Rodrigues*.

Nota Curricular

Nome: Raquel Sofia Faustino da Silva.
Data de nascimento: 8 de outubro de 1982.
Habilitações Académicas:

2002 — 2008 — Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional:

Junho de 2015 a junho de 2016 — Coordenadora, em regime de substituição, do Gabinete de Apoio da Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC).

Janeiro de 2012 a fevereiro de 2013 — Função de coordenação da equipa do secretariado da CEIC.

Março de 2009 a junho de 2015 — Gestora de processos na CEIC — Carreira de Técnica Superior no INFARMED, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Julho de 2008 a março de 2009 — Farmacêutica na Farmácia Rainha Santa, em Lisboa.

Formação Profissional Relevante:

Frequentou diversas ações de formação no âmbito da sua área de formação e das funções profissionais desempenhadas, designadamente nas áreas de ensaios clínicos, bioética, epidemiologia e Sistema de Gestão da Qualidade.

2016 — Formadora no módulo de Boas Práticas Clínicas da Pós Graduação de Monitorização de Ensaios Clínicos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: sessão com o tema: Submissão de Ensaios Clínicos à Comissão de Ética para a Investigação Clínica

2014 — Participou no Plano de Formação da CEIC, subordinada ao tema: “Procedimentos CEIC. Avaliação de Ensaios Clínicos com Medicamentos e Dispositivos Médicos”.

2013 — Colaborou na organização da Conferência da EURECNET, “Research in Neurosciences: Scientific, ethical and legal challenges for review by research ethics committees”.

2010 — Colaborou na organização das “I Jornadas da Comissão de Ética para a Investigação Clínica”.

2010 — Colaborou na equipa que lecionou a disciplina de Ensaios Clínicos III do curso Master em Investigação Clínica organizado pela ForPoint, Instituto de Formação e Inovação na Saúde (Grupo KeyPoint), em parceria com a Universidade Pompeu Fabra de Barcelona.

210006856

Despacho n.º 13782/2016

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) Os Estatutos do INFARMED, I. P., aprovados pela Portaria n.º 267/2012, de 31 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 306/2015, de 23 de setembro, determinam a existência do Gabinete Jurídico e de Contencioso (GJC), com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 14.º do referido diploma legal;

b) O cargo de Diretor do Gabinete Jurídico e de Contencioso, conforme previsto no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria, é um cargo de direção intermédia de 2.º grau do INFARMED, I. P., enquadrando-se no disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;

c) Nos termos do disposto no artigo 21.º do EPD, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do mencionado cargo, com observância de todo o formalismo legal;

d) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º do EPD, de designação da licenciada Joana Inês Duque da Fonseca e Castro.

designa, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a licenciada Joana Inês Duque da Fonseca e Castro para exercer, em regime de comissão de serviço, o cargo de Diretora do Gabinete Jurídico e de Contencioso, com efeitos a partir do dia 22 de setembro de 2016.

21 de julho de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Henrique Luz Rodrigues*.

Nota Curricular

Nome — Joana Inês Duque da Fonseca e Castro
Data de nascimento — 21 de janeiro de 1980

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa (julho de 2003), na área de ciências jurídicas.

Atividade profissional:

Diretora do Gabinete Jurídico e de Contencioso do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. desde 24 de setembro de 2015;

Coordenadora do Gabinete Jurídico e de Contencioso do INFARMED, I. P. — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (2 de outubro de 2014 a 23 de setembro de 2015);

Assessora do Conselho Diretivo do INFARMED, I. P. — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (14 de outubro de 2013 a 1 de outubro de 2014);

Jurista na Direção de Inspeção e Licenciamento do INFARMED, I. P. — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (1 de outubro de 2010 a 13 de outubro de 2013);

Técnica Superior na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (2 de julho de 2007 a 30 de setembro de 2010);

Conclusão do curso de Estágio no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (2003 a 2005);

Ingresso na Administração Pública em 2007 nos quadros da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

No desempenho das suas funções de dirigente e de consultora Jurídica, destacou-se na sua experiência profissional:

Exercício das funções de direção, gestão, coordenação e controlo do Gabinete Jurídico e de Contencioso, na dependência direta do Conselho Diretivo do INFARMED, I. P. e de apoio jurídico ao mesmo Conselho Diretivo;

Destaca-se, ainda a participação na elaboração de diversos projetos de regulamentos e de diplomas legislativos.

210006904

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.**Aviso n.º 14237/2016**

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 2 de novembro de 2016 do Conselho Diretivo do INEM, I. P., foi homologada a avaliação final do período experimental de 4 dos trabalhadores que celebraram contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Técnico em funções de Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de 50 postos de trabalho, aberto pelo Aviso n.º 9841/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 2 de agosto de 2013, tendo-lhes sido atribuídas as avaliações constantes da lista abaixo, concluindo com sucesso o seu período experimental.

Nome	Avaliação final
José Luís da Silva Rocha	15,60
Liliana Eduarda Martins Abrunhosa Magalhães Leorne	18,40
Liliana Odete Moreira Cardoso	16,40
Marta Celeste Teixeira Moreira	16,40

9 de novembro de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

210007033

Aviso n.º 14238/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho do Conselho Diretivo do INEM, I. P., foi homologada em 2 de novembro de 2016 a avaliação final do período experimental de 2 dos trabalhadores que celebraram contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Técnico em funções de Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência, na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de 31 postos de trabalho, aberto pelo Aviso n.º 7050/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série,